

XI Encontro Associação Brasileira Ciência Política

Curitiba, 31 de julho a 3 de agosto

Universidade Federal do Paraná

Área Temática: Comportamento Político

QUANDO TODOS SÃO CORRUPOTOS, NINGUÉM É?

O impacto da percepção de corrupção

generalizada no comportamento eleitoral do brasileiro

THIAGO DE AZEVEDO BARBOSA

Instituto de Ciência Política da

Universidade de Brasília (IPOL-UnB)

RESUMO

Por que votamos nos corruptos? Se os efeitos perversos da corrupção são amplamente conhecidos, como justificar a persistência do sucesso eleitoral dos políticos corruptos, mesmo em democracias maduras e desenvolvidas? O presente trabalho investiga essa questão paradoxal a partir de uma perspectiva que só recentemente recebeu atenção da literatura: a explicação da falta de alternativas ou hipótese da corrupção generalizada.

Esse mecanismo tem enfoque centrado na oferta política, mais especificamente sobre como a percepção de que a corrupção é generalizada e que todos os candidatos são desonestos pode impactar no comportamento eleitoral e contribuir para a compreensão do reiterado voto em corruptos.

Pretende-se, portanto, testar a hipótese de que, em cenários onde a corrupção é vista como sistêmica, como no caso brasileiro, a probabilidade de o eleitor votar no candidato do seu partido de preferência, ainda que corrupto, aumenta na medida em que os demais partidos e candidatos são percebidos como igualmente corruptos.

Investiga-se ainda se, como pretende boa parte da literatura, a corrupção é entendida pelo eleitor como um elemento de performance governamental tal como qualquer outro, ou se suas particularidades tornam mais complexo o processamento de informação e a diferenciação entre os candidatos e partidos do que com relação a outros temas, como economia por exemplo.

Para atingir esses objetivos adota-se a metodologia de experimentos de *survey on line*, em alinhamento com a mais recente e profícua linha de pesquisa na área, com o propósito de superar as limitações frequentes de mensuração e endogeneidade dos estudos na área.

palavras-chave: corrupção, percepção de corrupção, *accountability* eleitoral, voto retrospectivo

1. INTRODUÇÃO

O sucesso eleitoral dos políticos corruptos é um fenômeno ainda não totalmente compreendido pela Ciência Política. Por que, afinal, votamos nos corruptos? As democracias representativas modernas oferecem, no mínimo, o instrumento das eleições para que os cidadãos punam eleitoralmente os políticos que traíram a confiança neles depositada, eliminando-os da vida pública (PRZEWORSKI; STOKES; MANIN, 1999). Teoricamente. Na prática, porém, se observa que a corrupção é um fenômeno bastante persistente em todo o mundo (ALESINA; WEDER, 2002; CHANG; KERR, 2009), e que os políticos corruptos continuam sendo reeleitos (GOLDEN, 2006; DE VRIES; SOLAZ, 2017).

Como compreender esse aparente paradoxo? De um lado, temos a aceitação generalizada pela academia e pela sociedade da ideia de que a corrupção é um dos mais importantes problemas atuais, e do outro temos o fato de que os cidadãos continuam elegendo políticos corruptos. O que é necessário para que os políticos corruptos sejam adequadamente punidos nas urnas, e por que parecemos ainda tão distantes dessa realidade?

A literatura sobre o tema apresenta basicamente duas razões – não exclusivas – para elucidar a questão: os eleitores votam nos candidatos corruptos porque eles não sabem que os políticos são corruptos (explicação da ignorância ou hipótese da informação), ou sabem, mas votam mesmo assim (explicação da troca implícita ou hipótese do trade-off), por entenderem que o candidato poderá proporcionar vantagens diretas ou indiretas que contrabalançam o comportamento corrupto (RUNDQUIST, 1977; WINTERS; WEITZ-SHAPIRO, 2013).

Pretendemos investigar o tema sob uma terceira perspectiva, ainda insuficientemente explorada na literatura, especialmente no Brasil: a questão da oferta eleitoral. É certo que, normalmente, o eleitor prefere votar em um bom candidato, que seja competente e honesto (ROSÓN, 2016), além de alinhado ideologicamente com a sua visão de mundo (CHARRON; BÅGENHOLM, 2016). Logo, em um cenário ideal, as opções disponíveis seriam todas idôneas e com boa capacidade administrativa, e a escolha do eleitor seria em última análise guiada pela afinidade política.

Esse cenário, porém, parece bastante distante da realidade: a classe política é a profissão vista com maior desconfiança no mundo, gozando de uma média mundial de 30% de confiança, sendo o Brasil o recordista da falta de credibilidade, com apenas 6% da população que afirma confiar nos políticos (GfK VEREIN, 2016). Além disso, embora o acesso à informação sobre corrupção seja condição indispensável para a prestação de contas eleitoral, a própria disponibilidade dessa informação pode contribuir para desmotivar

e desengajar o eleitor (CHONG et al, 2014) e reduzir a sua confiança nas instituições públicas e seus agentes (LA PORTA et al, 1999, ANDERSON; TVERDOVA 2003).

Portanto, se o eleitor acredita que o ambiente político é fortemente corrupto e que a escolha de qualquer um dos candidatos não fará diferença fundamental no nível geral de corrupção, a corrupção pode passar a ser interpretada de forma relativa (CORDERO; BLAIS, 2017), ou mesmo como um não problema, um dado inescapável da realidade que não afeta o cálculo eleitoral, aumentando assim a sua tolerância aos atos corruptos e prejudicando a prestação de contas eleitoral (PAVÃO, 2015, p. 151).

Assim, a nossa primeira hipótese de interesse estabelece que a probabilidade de o eleitor votar no candidato do seu partido de preferência, ainda que corrupto, aumenta na medida em que os demais partidos e candidatos são percebidos como igualmente corruptos.

Ainda, temos que o acesso à informação é a condição primeira para que possamos falar em accountability eleitoral, pois sem ela os eleitores não têm elementos para diferenciar entre os candidatos e realizar escolhas bem informadas (DOWNS, 1957). Embora boa parte da literatura entenda a corrupção como um elemento de performance governamental tal como qualquer outro (e.g. CORDERO; BLAIS, 2017), acreditamos que a corrupção apresenta certas particularidades que dificultam a análise da diferenciação entre os partidos, como o fato de que, ao menos em tese, todos os partidos se dizem contrários à corrupção, e que os dados sobre corrupção são menos objetivos e prontamente comparáveis que os indicadores econômicos, por exemplo.

Nesse sentido, é relevante entender se, para o cidadão, o seu partido de preferência se diferencia dos demais com relação à corrupção de forma clara e comparável a outras questões. Nossa segunda e última hipótese postula que a probabilidade de o eleitor perceber diferenças significativas entre o seu partido de preferência e os demais é menor com relação à corrupção do que com outras questões salientes.

Para investigar essas hipóteses, optamos por um desenho metodológico com foco em experimentos *de survey*, em alinhamento com a mais recente e profícua linha de pesquisa sobre o tema, por permitir evidenciar melhor esses os complexos relacionamentos e isolar e identificar os processos psicológicos subjacentes e as inferências causais (BANURI; ECKEL, 2012, p. 52).

O presente trabalho está assim estruturado: na próxima seção abordaremos diretamente a explicação da corrupção generalizada, a partir de quatro tópicos: primeiramente, contrastaremos essa explicação com as hipóteses mais comumente estudadas nas pesquisas sobre o custo eleitoral da corrupção, a saber, as hipóteses da informação e da troca implícita, salientando seus pontos de convergência e demarcando as

suas especificidades, sobretudo relevantes em cenários onde a corrupção é percebida como generalizada. Em segundo lugar, discutiremos em maior profundidade a fundamentação teórica da hipótese e as implicações práticas da noção de corrupção como um fenômeno inerente à esfera política, destacando suas implicações sobre o engajamento político e *accountability* democrático. Na sequência, apresentaremos os trabalhos que abordaram diretamente a questão, destacando as suas contribuições e limitações, com o objetivo de demarcar o atual estágio do conhecimento sobre essa hipótese. Finalmente, no quarto tópico de interesse, apresentaremos a nossa proposta de contribuição, ressaltando os pontos de diálogo com as pesquisas anteriores, bem como as contribuições originais pretendidas.

A sessão posterior tem por objetivo apresentar e justificar as escolhas metodológicas adotadas, destacando as estratégias de operacionalização e suas vantagens e limitações. Por fim, na última seção teceremos algumas breves considerações preliminares sobre os resultados esperados¹.

2. EXPLICAÇÃO DA FALTA DE ALTERNATIVAS CONFIÁVEIS

Nesta seção, abordaremos uma emergente explicação para a persistência do voto em corruptos: a hipótese da corrupção generalizada ou da falta de alternativas confiáveis, ainda relativamente pouco estudada e testada empiricamente, e que apenas muito recentemente tem recebido maior atenção da literatura. A explicação da falta de alternativas confiáveis tem enfoque centrado na oferta política, mais especificamente sobre como a percepção de que a corrupção é generalizada pode impactar no comportamento eleitoral e contribuir para a compreensão da persistência do voto em corruptos.

Portanto, estamos interessados em investigar o que acontece quando o cidadão entende que todos os candidatos são desonestos, que o sistema político é intrinsecamente corrupto e que, mesmo que ele acredite que o candidato do seu partido preferido não seja corrupto, os demais candidatos serão provavelmente tão ou mais desonestos que ele.

¹ A pesquisa se encontra atualmente na fase de levantamento e coleta de dados, não sendo ainda possível apresentar os resultados obtidos. Espera-se que durante o evento ABCP XI já seja possível apresentar ao menos a análise preliminar dos resultados.

2.1. Especificidades da explicação da falta de alternativas

Por que votamos nos corruptos? Tanto a hipótese informacional, que entende o voto em corruptos como uma questão de acesso à informação (o eleitor vota por desconhecer que seu candidato seja corrupto) quanto a hipótese da troca (o eleitor teve acesso às informações sobre corrupção, mas em razão de outros elementos materiais ou imateriais que compõem o seu cálculo eleitoral, segue votando no corrupto) já foram objeto de estudo em diferentes contextos e a partir de múltiplas abordagens metodológicas, ainda que com resultados contrastantes. A explicação abordada aqui para o sucesso eleitoral dos corruptos é mais recente, menos conhecida e ainda pouco explorada pelos pesquisadores da área, razão pela qual resulta conveniente delimitar as suas especificidades.

A explicação da falta de alternativas ou hipótese da corrupção generalizada dialoga de forma peculiar com a hipótese informacional, e pode ser entendida como um efeito colateral desta. Como observado, essa teoria pressupõe que o eleitor vota nos corruptos por desconhecer esse fato. Seguindo essa lógica, mais informação, mais divulgação e mais transparência sobre a corrupção tendem a formar um eleitorado mais bem informado e capaz de combater a corrupção nas urnas (PRZEWORSKI; STOKES; MANIN, 1999).

Esse pressuposto é adotado em diversas pesquisas acadêmicas e está na base nas políticas governamentais de transparência e controle. Mas e se esse não for sempre o caso? Com efeito, conforme será detalhado adiante, pesquisas recentes questionam a ideia de que a informação teria um efeito necessariamente positivo no combate à corrupção, e indicam que, em determinados contextos – como aqueles em que a corrupção é percebida como generalizada – a maior transparência e cobertura midiática das transações corruptas pode contribuir para o menor engajamento político, menor comparecimento às urnas e mesmo uma maior tolerância com relação à corrupção (CHONG *et al*, 2014; PAVÃO, 2015).

A explicação da falta de alternativas confiáveis também se relaciona com a teoria da troca implícita ou do “rouba, mas faz”, uma vez que em ambos os casos nos interessa a questão da oferta, ou seja, da comparação relativa entre os candidatos. Nesse sentido, as duas hipóteses são conexas e interligadas.

A diferença fundamental dentre elas reside na ideia de que, na hipótese da troca implícita, o cidadão se vê diante de um *trade-off* entre competência ou capacidade de realizar uma boa administração e a corrupção do candidato, ou seja, o cidadão pesa em seu cálculo eleitoral o fator corrupção mediado pela percepção de competência ou capacidade administrativa. Essencialmente, a escolha reside entre aceitar alguma corrupção em troca de melhor desempenho do governo, ou votar em um candidato honesto, mas que pode não

ter tanta capacidade administrativa.

É nesse ponto que as hipóteses se distanciam de forma clara. Mesmo que o voto no caso da troca implícita ou do “rouba, mas faz” seja em larga medida guiado pelo cinismo, com o eleitor votando em alguém que “pelo menos faz alguma coisa” (RIVERO; FERNÁNDEZ-VÁZQUEZ, 2010), a percepção de que existem opções não corruptas faz com que, necessariamente, a corrupção integre o cálculo eleitoral do cidadão, mesmo que de forma não suficiente para o demover do voto no candidato acusado.

Já em cenários de corrupção generalizada, os eleitores entendem o fenômeno com uma constante do sistema político, levando-os a um grau de cinismo tal que eles podem deixar de considerar a corrupção como um todo na sua análise, baseando o seu voto inteiramente em outros critérios (PAVÃO, 2015, p. 12).

Nesta seção diferenciamos a explicação da corrupção generalizada das hipóteses da informação e da troca implícita, ressaltando seus pontos de convergência e suas características particulares que a gabaritam como uma explicação autônoma. A seguir, apresentaremos as considerações teóricas relevantes e discutiremos a recente literatura sobre a questão para demarcar o que já é possível saber sobre o tema.

2.2. Arcabouço teórico da explicação da falta de alternativas

A hipótese da falta de alternativas confiáveis é especialmente relevante em contextos onde a corrupção é entendida como generalizada. Essa percepção altera a forma como a corrupção é encarada pelo eleitorado, que passa a aceitar a corrupção não como um particular defeito moral de um partido ou candidato, mas como um dado inescapável da realidade, aumentando assim a sua tolerância aos atos corruptos e prejudicando a prestação de contas eleitoral (PAVÃO, 2015, p. 151).

Logo, em contextos onde a percepção da corrupção se dá como um fenômeno sistêmico, não episódico, o eleitor pode acreditar que todas as alternativas eleitorais terão basicamente o mesmo resultado com relação à corrupção. Essa falta de confiança se dá quando o eleitor entende que todos os políticos são igualmente corruptos, mas pode acontecer inclusive quando ele acredita que um dado candidato seja, individualmente, honesto, mas que uma vez eleito, ele provavelmente terá que se conformar às regras do jogo e incorrer em práticas corruptas.

Assim, em um cenário de pouca ou nenhuma corrupção, é natural e lógico que ela não influencie substancialmente no cálculo eleitoral, e que o cidadão vote no candidato do

partido que melhor represente a sua visão política. Ademais, em contextos onde a corrupção é esporádica e episódica, identificar políticos corruptos pode ser mais fácil para a imprensa e órgãos de controle, e essa informação deve ser mais pronta e facilmente processada pelo eleitorado. Em cenários de corrupção generalizada, ao contrário, a obtenção e o processamento da informação confiável seriam mais complexos e custosos (WINTERS; WEITZ-SHAPIRO, 2013).

Por outro lado, se o eleitor acredita que o ambiente político é fortemente corrupto e que a escolha de qualquer um dos candidatos não fará diferença fundamental no nível geral de corrupção, a corrupção pode passar a ser encarada como um não problema, que não afeta o cálculo eleitoral. Logo, votar no candidato do seu partido preferido, ainda que reconhecidamente corrupto, pode passar a ser, igualmente, a opção natural e lógica, sendo uma das possíveis explicações que ajudam a entender o porquê de o custo eleitoral da corrupção ser geralmente mais brando do que preconiza a teoria da *accountability* democrática.

A relação entre informação sobre corrupção e engajamento político recebeu bastante atenção da literatura. Primeiramente, embora o acesso à informação sobre corrupção seja uma condição necessária para que o cidadão possa punir eleitoralmente um candidato corrupto, não existe consenso sobre se informação é sempre benéfica na promoção de *accountability* eleitoral. Ademais, as denúncias de corrupção podem ter um impacto que ultrapasse a figura do político acusado, impactando a percepção de corrupção em todo o sistema (CHONG et al. 2014).

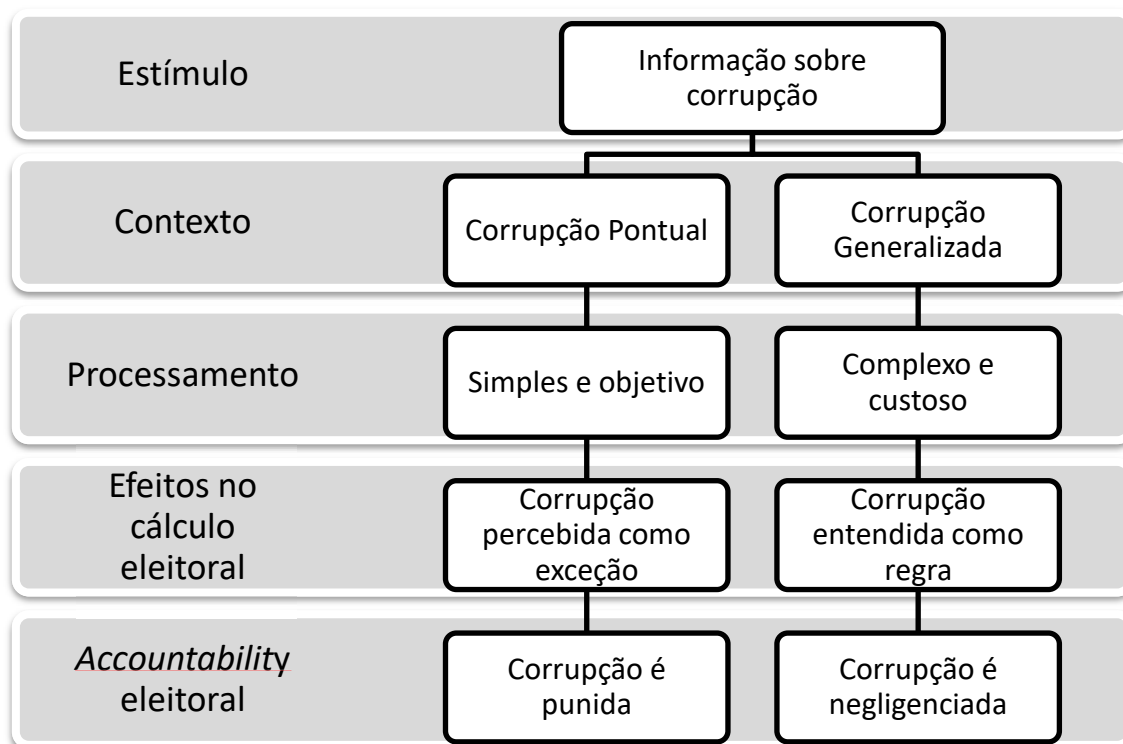
Se, por um lado, temos que cidadãos com acesso a mais informação sobre corrupção devem se importar mais com o tema e refletir essa importância relativa no seu comportamento eleitoral (DOS SANTOS, 2008) e que a informação sobre corrupção pode criar no eleitorado uma percepção maior de que seu engajamento é necessário para ajudar a eliminar esse problema, levando à maior participação política e comparecimento eleitoral, por outro lado essa mesma informação pode levar ao desengajamento e menor participação (CHONG et al, 2014) e reduzir a confiança geral nas instituições públicas (LA PORTA et al, 1999), nos políticos, nos servidores públicos e na própria capacidade governamental (ANDERSON; TVERDOVA 2003).

Essa questão do impacto da informação sobre corrupção no comportamento eleitoral e é analisada de forma indireta por Redlawsk e McCann (2002), ao comparar a percepção de corrupção dos eleitores americanos que moram em cidades pequenas e em grandes regiões metropolitanas. Os autores concluem que, na média, os cidadãos das grandes metrópoles têm mais contato direto e mais acesso às notícias sobre corrupção, e que

justamente por isso, seriam mais tolerantes com a corrupção que seus compatriotas de cidades menores.

O papel da informação sobre corrupção no comportamento eleitoral é analisado mais diretamente por Chong et al. (2014) a partir de métodos experimentais no México. Os autores concluem que embora a informação seja necessária para a melhorar a prestação de contas, ela não é suficiente, pois desmotiva os cidadãos, diminuindo não apenas o voto no incumbente acusado, mas também nos demais candidatos que não foram alvo de denúncias, reduzindo assim de forma geral o comparecimento às urnas.

Figura 1 – Efeitos da informação em cenários de corrupção episódica e generalizada



Fonte: Elaboração própria (2018)

Num ambiente corrupto, somente candidatos com um histórico de honestidade inquestionável podem ser considerados como uma alternativa, e as próprias acusações referentes ao incumbente podem contribuir para um clima geral de desconfiança. Uma vez que a percepção de corrupção atinja um dado limite, os eleitores podem enxergar um certo “equilíbrio” plasmado em um sistema essencialmente corrupto (CHONG et al. 2014). Esse mecanismo está detalhado na Figura 1.

Embora o argumento levantado pelos autores seja focado na questão do

comparecimento eleitoral (“*turnout*”), entendemos que essa é apenas uma das manifestações possíveis do desengajamento eleitoral desencadeado pelo acesso às notícias sobre corrupção. Se, nesses contextos de corrupção generalizada, a percepção de que nenhum candidato sozinho poderia fazer grande diferença no combate à corrupção move o eleitor a considerar as diferenças entre os candidatos como insignificantes no seu cálculo eleitoral, levando a maior apatia política e consequente abstenção, parece razoável supor que mecanismo análogo atue na avaliação relativa dos candidatos em relação à corrupção.

Nesta seção abordamos a lógica do mecanismo da falta de alternativas confiáveis em contextos de corrupção generalizada, destacando como o acesso à informação sobre corrupção pode, contrariamente às previsões teóricas convencionais, diminuir ou mesmo neutralizar a importância do tema no cálculo eleitoral do cidadão. Na próxima seção destacaremos as pesquisas que se ocuparam dessa questão de forma específica.

2.3. Explicação da falta de alternativas: o que já sabemos

Essa relevante questão sobre a relação entre o voto em corruptos e a percepção de falta de alternativas confiáveis na oferta eleitoral só foi abordada na literatura muito recentemente. A seguir, apresentaremos os únicos trabalhos que, até onde sabemos, investigam diretamente esse tema, com resultados ainda inconclusivos.

Charron e Bågenholm (2016) analisam a questão partir de um escândalo fictício de corrupção, e com base em 24 países europeus, concluem que a ideologia é um fator relevante para compreender por quê os cidadãos continuam votando no partido com o qual mais se identificam, mesmo que ele esteja envolvido em corrupção. Os autores focam na relação entre a oferta (número de partidos efetivos) e demanda (eleitores devem ter alternativas ideologicamente viáveis ao seu partido preferido), e concluem que há um *trade-off* entre ideologia e corrupção. De forma análoga ao que postula a hipótese do “rouba, mas faz”, os eleitores podem migrar de partido quando percebem que a sua legenda favorita é corrupta, mas esse processo é mediado pela gravidade da ofensa e pela oferta de partidos ideologicamente compatíveis com sua visão política.

Para os objetivos aqui propostos, interessa-nos sobretudo como o eleitor age em cenários de corrupção generalizada, quando predomina a percepção de que todas as alternativas são corruptas. Nesse sentido, dois trabalhos centrados na Espanha e um no Brasil são especialmente relevantes.

Cordero e Blais (2017), estudam um caso real de expectativa de voto no Partido

Popular (PP) da Espanha, gravemente implicado em escândalos de corrupção, e através de um *quota based survey*, encontram fortes evidências de que a corrupção é vista em termos relativos, ou seja, o fundamental para o eleitor não é se um partido é visto como corrupto, mas sim se ele é tido como mais corrupto que as demais opções disponíveis.

Muñoz et al. (2016) utilizam o desenho experimental a partir de uma vinheta fictícia para avaliar, também na Espanha, qual seria o impacto eleitoral da informação sobre corrupção quando há uma sensação de corrupção generalizada, não encontrando, porém, qualquer efeito do tratamento.

Por fim, abordamos a pesquisa desenvolvida por Nara Pavão (2015) e motivada pela mesma questão paradoxal que guia a nossa tese: por que os políticos corruptos sobrevivem às eleições democráticas com relativa facilidade. A autora se dedica exclusivamente à explicação da corrupção generalizada, e seu trabalho é aqui especialmente relevante por duas razões: Primeiramente, esse é o único estudo de que temos ciência que testa diretamente essa explicação no caso brasileiro. Em segundo lugar, por se tratar de uma tese de Doutorado, a questão teve mais espaço para ser trabalhada de forma mais profunda e detalhada do que nos demais trabalhos referidos anteriormente, com o teste de 11 hipóteses a partir de uma abordagem multimétodos que combinou *surveys* de nível individual e grupos focais.

A autora argumenta que quando os eleitores enxergam a corrupção como uma constante entre os candidatos, eles provavelmente desconsideram esse aspecto e baseiam seu voto em outros fatores. Em cenários de corrupção generalizada, portanto, um verdadeiro círculo vicioso entra em funcionamento: os eleitores têm menos incentivos para punir os candidatos corruptos, uma vez que as alternativas seriam também desonestas, e os políticos corruptos percebem essa situação de baixa *accountability* e tem mais incentivos em perpetuar suas práticas ilegais (PAVÃO, 2015, p. 107).

2.4. Explicação da falta de alternativas: o que queremos saber

Nesta seção, serão apresentadas as nossas hipóteses com o objetivo de avançar o conhecimento sobre o tema, tomando como parâmetro os estudos anteriormente citados, de forma a situar de forma objetiva as propostas de contribuição originais.

O argumento que subsidia a análise aqui proposta se baseia na noção de que a corrupção é um fenômeno complexo que provavelmente não comporta soluções fáceis. Assim, para que melhor possamos entender os mecanismos que desafiam a punição eleitoral

dos corruptos, é crucial que o contexto seja levado em consideração, com suas especificidades institucionais e culturais. Particularmente, esperamos que a forma com que a informação sobre corrupção influencia a percepção do fenômeno e o comportamento eleitoral não seja linear.

A informação é a condição primeira para que possamos falar em *accountability* eleitoral. Sem informação, os eleitores não têm elementos para diferenciar entre os candidatos e realizar escolhas bem informadas, e se não é possível fazer essa diferenciação entre as posições dos candidatos sobre temas relevantes, o próprio ato de votar perde algo de sua utilidade (DOWNS, 1957, p. 137).

No entanto, a ideia de que informação sobre corrupção é sempre positiva na promoção da transparência e da prestação de contas eleitoral não deve ser prontamente aceita, pois é possível que características específicas do contexto alterem o papel da informação. O impacto da informação sobre corrupção em países relativamente pouco corruptos, onde o tema não é saliente, é potencialmente diverso daquele encontrado em países mergulhados em corrupção generalizada, como no caso do Brasil.

Embora apresentem abordagens metodológicas diferentes, com um *survey* sobre um caso real no caso de Cordero e Blais, e um experimento sobre um caso fictício em Muñoz et. al, a clara incongruência entre os achados dos dois estudos sobre a mesma questão, feitos na mesma época, tendo como base o mesmo país, parece indicar uma importante oportunidade de contribuição no entendimento do fenômeno. Conforme indicado pelos próprios autores, novas pesquisas são necessárias para examinar se a crença de que todos os políticos são corruptos reduz a punição eleitoral em razão da corrupção (MUÑOZ et. al, 2016, p. 15).

Portanto, a nossa primeira hipótese sobre o tema se alinha com Chong et al. (2014), no sentido de que a informação sobre corrupção é necessária para que o cidadão possa punir eleitoralmente os corruptos, mas em um cenário de percepção de corrupção generalizada, a questão deixa de ser compreendida como um *trade-off* entre corrupção e ideologia (CHARRON; BÅGENHOLM, 2016), e passa a ser interpretada como de forma relativa (CORDERO; BLAIS, 2017) pois todos os partidos seriam tidos como igualmente corruptos, e a ausência de alternativas confiáveis levaria o eleitor a votar no candidato de seu partido, ainda que reconhecidamente corrupto (PAVÃO, 2015). Se a corrupção é entendida pelos cidadãos como uma constante do sistema político, um problema inescapável, nossa hipótese de trabalho estabelece que:

H1: A probabilidade de o eleitor votar no candidato do seu partido de preferência, ainda que corrupto, aumenta na medida em os demais partidos e candidatos são percebidos como igualmente corruptos.

Considerando que o objetivo do experimento é testar o impacto eleitoral específico da percepção de corrupção generalizada, e que os eleitores normalmente votam nos candidatos de seu partido de preferência se não tiverem um bom motivo para não o fazer, optamos por não variar o estímulo do partido, mantendo-o sempre como o de preferência do eleitor. Da mesma forma, não variamos a fonte da informação (sempre a mais confiável), com o propósito de isolar o estímulo do tratamento de outros fatores que poderiam confundir a análise dos resultados.

Vimos que boa parte da literatura normalmente assume que a corrupção é um elemento de performance governamental como qualquer outro (e.g. RUNDQUIST; STROM; PETERS, 1977). Cordero e Blais (2017, p. 656), por exemplo, afirmam que os cidadãos avaliam e comparam a corrupção da mesma forma que fazem com a economia. Destacamos, porém, que a corrupção apresenta certas particularidades que dificultam a diferenciação clara entre as opções partidárias.

Primeiramente, ao menos em tese, todos os partidos se dizem contrários à corrupção, diferentemente de outras questões salientes e que dividem o eleitorado, como aborto ou pena de morte. Além disso, por sua própria natureza, os dados sobre corrupção são menos claros e precisos e demandam maior capacidade de processamento de informação por parte do eleitorado. Essas especificidades da corrupção derivam do fato de que a corrupção não é o resultado de uma política, como a taxa de desemprego ou inflação, para citar duas outras questões de valência, mas antes uma característica ou elemento do processo político (PAVÃO, 2015, p. 155).

Nesse sentido, é relevante entender se, para o cidadão, o seu partido de preferência se diferencia dos demais com relação à corrupção de forma clara e comparável a outras questões relevantes, como economia.

H2: A probabilidade de o eleitor perceber diferenças significativas entre o seu partido de preferência e os demais é menor com relação à corrupção do que com outras questões salientes.

Hipótese semelhante é analisada por Pavão (2015). Como tanto a presente pesquisa

quanto a desenvolvida por Pavão buscam investigar o sucesso eleitoral dos políticos corruptos no Brasil, é natural que ambas as abordagens compartilhem alguns elementos. Entretanto, a presente proposta de pesquisa guarda suficientes particularidades que a justificam como um estudo autônomo, independente e original.

Além disso, os trabalhos diferem fundamentalmente na proposta metodológica, uma vez que adotamos aqui o método experimental, em oposição aos dados observacionais e grupos focais utilizados por Pavão, e mesmo quando o mesmo objeto é investigado, a abordagem e a operacionalização das variáveis são diversas. Por fim, acreditamos que o tema é relevante e complexo o suficiente para comportar diferentes abordagens, e que nenhuma análise individual, por mais bem elaborada que seja, almejaria resolver definitivamente todas as facetas da questão.

3. METODOLOGIA

O desenho de pesquisa adotado é o de experimentos de *survey* pela internet, a partir de uma amostra representativa da população, com o uso de notícias fictícias de jornal (vinhetas). Para recrutar os participantes adotaremos a técnica de amostragem conhecida por *snowball sampling* ou amostragem bola de neve, em que o recrutamento dos participantes se origina da rede de contatos do pesquisador.

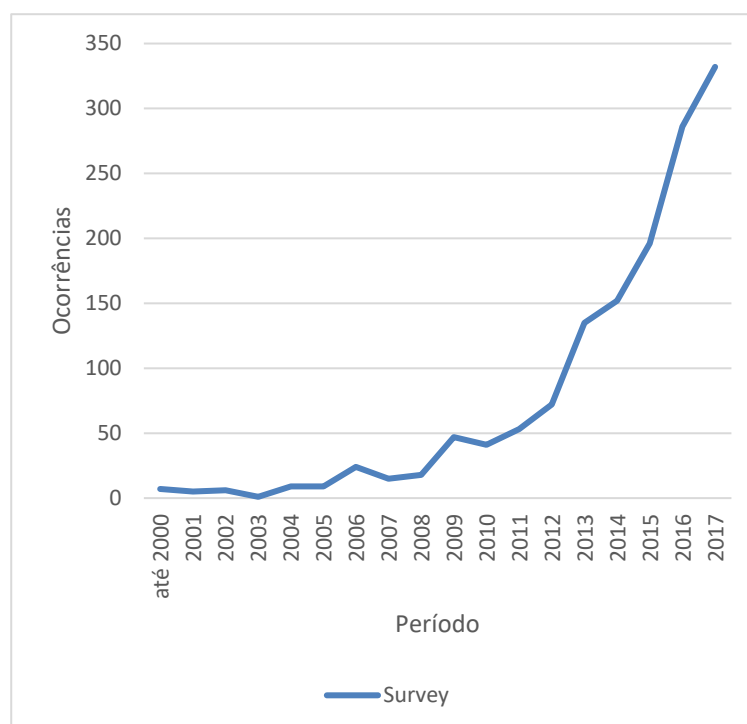
A opção pelo método experimental é justificada pela possibilidade de identificar mais claramente a causalidade, o que contribui para superar uma das mais relevantes limitações dos estudos observacionais: o risco de que variáveis não levadas em consideração, seja por negligência ou impossibilidade prática, gerem heterogeneidade não observada (TREISMAN, 2000).

Ainda que a Ciência Política vivencie um recrudescimento do método experimental em diversas áreas, devido às próprias idiosincrasias e características inerentes ao fenômeno da corrupção, em especial a dificuldade de mensuração e de isolamento de suas causas e efeitos, a abordagem experimental é particularmente interessante e adequada para avançar na compreensão do fenômeno.

Essa linha de investigação, como observado anteriormente, apresenta uma proposta metodológica efetivamente nova e particularmente útil para buscar preencher algumas das mais relevantes lacunas desse campo do conhecimento, razão pela qual ela vem ganhando cada vez mais relevância, sendo possível observar um perceptível aumento na produção acadêmica sobre o tema.

Corroborando essa perspectiva, é possível identificar na última década uma mudança gradual nos estudos sobre corrupção baseados em dados agregados e índices de percepção de corrupção para uma nova geração, que se diferencia, principalmente por seus métodos e objeto, uma vez que ela é mais focada em análises de nível micro, como a empresa, a família ou o indivíduo, e é amparada fortemente em métodos experimentais. Apesar do ainda reduzido número de pesquisas na área, Serra e Wantchekon (2012) afirmam que a pesquisa experimental já permitiu avançar significativamente na compreensão das causas da corrupção e dos fatores materiais e não materiais que influenciam no comportamento dos indivíduos diante de situações de corrupção.

Figura 2 – Experimentos de survey no estudo da corrupção. Ocorrências no Google Acadêmico de 2000 a 2017



Fonte: Elaboração própria (2018).

Nota: Pesquisas individuais foram realizadas para cada ano e. Para cada item, foram utilizadas as seguintes palavras chave: *Survey*: “*survey experiment*” E *corruption*. Levantamento feito em 4 de fevereiro de 2018, em <https://scholar.google.com.br/>.

Com o objetivo de aprofundar o diálogo com a literatura da área e contribuir para a consolidar um entendimento mais completo em torno desse mecanismo, nossa ideia original era a de replicar integralmente a proposta metodológica adotada por Munõz et al. (2016), que se valeram de uma vinheta que implicava o prefeito do partido de preferência do eleitor

em um escândalo de corrupção fictício.

O tratamento utilizado pelos autores apresentava a seguinte variação: a notícia do primeiro grupo destacava que esse era o primeiro escândalo de corrupção a afetar a cidade e que os prefeitos anteriores, ambos de partidos da oposição, nunca sofreram acusações semelhantes. O segundo grupo leu a mesma notícia, mas com a mudança de que os dois prefeitos anteriores também foram alvos de denúncias de corrupção. O tratamento, porém, não apresentou qualquer efeito estatisticamente significativo. Creditamos *a priori* a ausência de efeito do tratamento aplicado por Muñoz et al. à manipulação deficiente da percepção sobre a corrupção generalizada em um grupo e episódica em outro.

Julgamos que uma abordagem mais adequada para estimular o teste da questão de pesquisa voltada na questão da oferta eleitoral seria centrar as opções eleitorais em uma mesma eleição, e não em administrações anteriores. Portanto, adotaremos em linhas gerais o desenho de pesquisa dos autores, mas optamos por alterar o estímulo utilizado, na expectativa de que eventuais perdas na comparabilidade entre os estudos sejam mais que compensadas por um estímulo experimental mais coerente e alinhado às expectativas teóricas.

O experimento proposto apresenta, portanto, as duas variações de tratamento, como ilustra o quadro 1:

Quadro 1 – Experimento de vinheta: ausência de alternativas

Condição	Texto da vinheta
Controle	[Auditoria do TCU] apontou o prefeito da cidade XXXXX, do partido [PARTIDO DE PREFERÊNCIA DO ELEITOR], como beneficiário de um esquema de corrupção. De acordo com a denúncia, o prefeito teria recebido 800 mil reais de propina de uma empresa suspeita de superfaturamento, contratada pela prefeitura para a construção de um hospital.
Corrupção episódica	O Prefeito está atualmente concorrendo à reeleição. Nenhuma acusação de corrupção pesa sobre os demais candidatos, de partidos de oposição ao atual prefeito
Corrupção generalizada	O Prefeito está atualmente concorrendo à reeleição. Todos os outros candidatos concorrentes, de partidos de oposição, também enfrentam acusações de corrupção e desvio de recursos.

Fonte: Elaboração própria (2018)

Após a notícia, o participante deverá responder à pergunta, que será a nossa variável dependente:

Se o caso descrito acima fosse na sua cidade, qual seria a probabilidade de você votar nesse prefeito?

De nada provável (0) a muito provável (10)

Reiteramos que, para isolar de forma mais objetiva o efeito da corrupção generalizada, não há manipulação da fonte da notícia (sempre a mais confiável) nem tampouco do partido do prefeito acusado (sempre o de preferência do eleitor). Nesse caso, como há corrupção em todos os tratamentos, é esperado que a probabilidade manifesta de votar no prefeito seja baixa. No entanto, o nosso enfoque é na potencial diferença observada entre os tratamentos de corrupção generalizada e o de alternativas limpas.

A nossa próxima hipótese lida com a questão da saliência e diferenciação da corrupção, e afirma que a probabilidade de o eleitor perceber diferenças significativas entre o seu partido de preferência e os demais é menor com relação à corrupção do que com outras questões salientes.

A diferenciação entre as características dos candidatos e partidos é uma condição necessária para que o eleitor possa exercer a *accountability* eleitoral e tomar uma decisão informada e ponderada. Assim, a ideia dessa hipótese é testar se a corrupção é entendida pelos eleitores como um elemento de performance governamental comum e diretamente comparável a outros, como a economia (CORDERO; BLAIS, 2017) ou se, ao contrário, suas especificidades dificultam a diferenciação dentre as alternativas eleitorais (PAVÃO, 2015).

Para testar essa hipótese, Pavão (2015, p. 78) apresentou aos participantes uma lista de problemas e perguntou qual dos então candidatos à presidência (José Serra, Dilma Roussef e Marina Silva) tinha maior capacidade de solucionar as questões.

Considerando que o objetivo do nosso teste é medir e comparar a capacidade de diferenciação eleitoral entre a corrupção e os demais temas, que os partidos ainda não anunciaram oficialmente as suas candidaturas e que existe potencialmente uma inclinação natural de os participantes indicarem os seus candidatos como os mais capazes para lidar com os problemas, optamos por formular uma forma alternativa de testar a hipótese, a partir de duas perguntas adicionadas ao nosso questionário que, esperamos, estimulem melhor as dimensões desejadas, conforme o quadro 2:

A primeira questão diz respeito apenas às propostas dos candidatos, enquanto a segunda remete à capacidade de implementação dessas ideias.

A primeira questão indaga: Esse é um ano eleitoral, e os candidatos apresentam diferentes propostas para vários assuntos de interesse do Brasil. Para cada um dos temas abaixo, por favor, responda como você classificaria as propostas defendidas pelo seu candidato à Presidente, em comparação com as propostas dos demais candidatos: Corrupção, Segurança, Saúde, Educação, Economia. As opções apresentadas variam de 1 a 5, onde um significa totalmente diferentes e 5 totalmente semelhantes.

Quadro 2 – Diferenciação entre os candidatos à Presidência

Dimensão estimulada	Questão	Resultados esperados
Diferenciação entre a capacidade de implementação das propostas	<p>Esse é um ano eleitoral, e os candidatos apresentam diferentes propostas para vários assuntos de interesse do Brasil. Sabemos que algumas dessas propostas podem ser mais difíceis de implementar do que outras.</p> <p>Para cada um dos temas abaixo, por favor, responda como você classificaria a capacidade de implementação das propostas do seu candidato à Presidente, se eleito:</p> <p>Corrupção, Segurança, Saúde, Educação, Economia.</p> <p>As opções apresentadas variam de 1 a 7, onde um significa muito diferentes e 7 muito semelhantes.</p>	<p>A ideia é comparar a diferenciação feita pelo eleitor entre a capacidade dos candidatos em efetivamente implementar as propostas</p> <p>Espera-se, de acordo com a hipótese de corrupção generalizada, que a avaliação sobre a capacidade de implementação das políticas de combate à corrupção seja relativamente menor do que em outros temas</p>

Fonte: Elaboração própria (2018)

A segunda pergunta guarda a mesma estrutura da primeira, mas procura captar uma noção diferente: a capacidade de efetivamente implementar as ideias defendidas pelo candidato. Acreditamos que essa dimensão é importante, pois esperamos que o eleitor saiba que a efetivação das promessas eleitorais é condicionada e limitada por uma série de obstáculos. Nesse sentido, é possível que um eleitor entenda que o seu candidato é mais honesto ou tem melhores ideias do que os adversários no que concerne ao combate à corrupção, mas as dificuldades próprias do sistema político, como o presidencialismo de coalizção limitem a capacidade de implementação efetiva dessas ideias.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, a pesquisa se encontra na fase de coleta dos dados que subsidiarão os testes das hipóteses propostas. Destarte, embora ainda não seja possível apresentar os resultados concretos alcançados, eles provavelmente estarão preliminarmente disponíveis para a apresentação do presente trabalho no XI encontro da ABCP.

As nossas hipóteses levantam a possibilidade de que o papel da informação sobre

corrupção seja mais complexo e, lamentavelmente, menos efetivo do que normalmente supõe a literatura, em pelo menos dois aspectos fundamentais.

Primeiramente, observamos que, embora o acesso à informação seja condição necessária e indispensável para a prestação de contas eleitoral, pois somente a partir do conhecimento dos fatos é razoável se esperar que o eleitor utilize essa informação no seu cálculo eleitoral, é certo que ela somente será levada em consideração se for reputada como crível, confiável.

Ademais, em cenários de corrupção generalizada, a grande quantidade de informação sobre corrupção pode funcionar como torna o seu processamento mais custoso (WINTERS; WEITZ-SHAPIRO, 2013) e pode, no limite, se converter em uma força que desmotiva e desmobiliza o cidadão (CHONG et al. 2014).

Putnam (2000), ao discorrer sobre o conceito de capital social, defende que a forma com que a confiança relacional e interpessoal se apresenta em uma dada sociedade pode gerar dois distintos pontos de equilíbrio, um causado por um círculo virtuoso de reciprocidade e confiança e relações horizontais e outro por um círculo vicioso de exploração e não cooperação. Embora ambos possam manter unida a sociedade, eles apresentam “diferentes níveis de eficiência e desempenho institucional” (PUTNAM, 2000, p. 188).

De forma análoga, ao se confirmarem as hipóteses referentes à explicação da corrupção generalizada, podemos pensar também em dois pontos de equilíbrio social com relação à informação e corrupção. Em sociedades onde a corrupção é rara ou episódica, a informação sobre corrupção seria mais fácil e efetivamente processada pela população, gerando maior *accountability*. Já em sociedades onde a corrupção é generalizada (ou ao menos percebida como tal), como no caso brasileiro, a informação sobre corrupção é mais complexa de acessar e processar e pode levar à desmotivação e apatia política. Em ambos os casos, a corrupção deixa de integrar o cálculo eleitoral (por inexistente ou universal), e a informação sobre corrupção ajuda a preservar o equilíbrio anterior, de novo, com diferentes níveis de eficiência e desempenho institucional.

Quando não há corrupção, ela não tem porque integrar o cálculo eleitoral do cidadão. Por outro lado, quando ela existe e é generalizada, ela talvez também deixe de fazer parte do processo decisório do eleitor. Quando todos são corruptos, ninguém é?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALESINA, Alberto; WEDER, Beatrice. Do Corrupt Governments Receive Less Foreign Aid?. **American Economic Review**, v. 92, n. 4, p. 1126-1137, 2002.

ANDERSON, Christopher J.; TVERDOVA, Yuliya V. Corruption, political allegiances, and attitudes toward government in contemporary democracies. **American Journal of Political Science**, v. 47, n. 1, p. 91-109, 2003.

BANURI, Sheheryar; ECKEL, Catherine. Chapter 3 Experiments in Culture and Corruption: A Review. In: **New advances in experimental research on corruption**. Emerald Group Publishing Limited, 2012. p. 51-76.

CHANG, Eric CC; KERR, Nicholas N. **Do Voters Have Different Attitudes Toward Corruption?: The Sources and Implications of Popular Perceptions and Tolerance of Political Corruption**. Institute for Democracy in South Africa, 2009.

CHARRON, Nicholas; BÅGENHOLM, Andreas. Ideology, party systems and corruption voting in European democracies. **Electoral Studies**, v. 41, p. 35-49, 2016.

CHONG, Alberto et al. Does corruption information inspire the fight or quash the hope? A field experiment in Mexico on voter turnout, choice, and party identification. **The Journal of Politics**, v. 77, n. 1, p. 55-71, 2014.

CORDERO, Guillermo; BLAIS, André. Is a corrupt government totally unacceptable?. **West European Politics**, v. 40, n. 4, p. 645-662, 2017.

DE VRIES, Catherine E.; SOLAZ, Hector. The electoral consequences of corruption. **Annual Review of Political Science**, v. 20, p. 391-408, 2017.

DOS SANTOS, Pedro (2008), Punishing Corruption: The Impact of Corruption Allegations in the 2006 Brazilian Congressional Elections, paper presented at the **The Brazilian Studies Association IX Meeting**, New Orleans, LA

DOWNS, Anthony. An economic theory of political action in a democracy. **Journal of Political Economy**, v. 65, n. 2, p. 135-150, 1957.

GfK VEREIN. Trust in Professions 2016 – a GfK Verein study From firefighters to politicians. Disponível em:
https://www.gfk.com/fileadmin/user_upload/dyna_content/GB/documents/Press_Releases/2016/Trust_in_Professions_2016_Sweden_EN.pdf, 2016

GOLDEN, Miriam A. Some puzzles of political corruption in modern advanced democracies. In: **annual meeting of the Japan Political Science Association**. 2006.

LA PORTA, Rafael et al. The quality of government. **The Journal of Law, Economics, and Organization**, v. 15, n. 1, p. 222-279, 1999.

PAVÃO, Nara. *The failures of electoral accountability for corruption: Brazil and beyond*. University of Notre Dame, 2015.

MUÑOZ, Jordi; ANDUIZA, Eva; GALLEGO, Aina. Why do voters forgive corrupt mayors? Implicit exchange, credibility of information and clean alternatives. **Local Government Studies**, v. 42, n. 4, p. 598-615, 2016.

ROSÓN, Martínez. I Prefer the Corrupt One: A Profile of Citizens who Choose Dishonest but Competent Politicians”. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, 153: 77-92. 2016

PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C.; MANIN, Bernard (Ed.). **Democracy, accountability, and representation**. Cambridge University Press, 1999.

REDLAWSK, David P.; MCCANN, James A. How voters see political corruption: Definitions and beliefs, causes and consequences. In: **delivery at the annual meeting of the Southwestern Political Science Association**, New Orleans, LA. 2002.

RUNDQUIST, Barry S.; STROM, Gerald S.; PETERS, John G. Corrupt politicians and their electoral support: some experimental observations. **American Political Science Review**, v. 71, n. 3, p. 954-963, 1977.

SERRA, Danila; WANTCHEKON, Leonard (Ed.). **New advances in experimental research on corruption**. Emerald Group Publishing, 2012.

TREISMAN, Daniel. The causes of corruption: a cross-national study. **Journal of public economics**, v. 76, n. 3, p. 399-457, 2000

WINTERS, Matthew S.; WEITZ-SHAPIRO, Rebecca. Lacking information or condoning corruption: When do voters support corrupt politicians?. **Comparative Politics**, v. 45, n. 4, p. 418-436, 2013.